



Gerardo Magela/Agência Senado

Diante de ocupação máxima no Plenário e nas galerias, Dilma classifica de “arbitrariedades” as acusações de crime de responsabilidade e aponta o deputado Eduardo Cunha como “vértice da aliança golpista”

Dilma se diz inocente e alerta para a “morte da democracia”

Presidente afastada se defendeu durante 14 horas com respostas a 48 senadores. Hoje começam os debates entre advogados de defesa e acusação

O processo de impeachment foi comparado pela presidente afastada Dilma Rousseff à perseguição na ditadura militar, quando ela sofreu tortura.

A diferença, conforme disse Dilma aos senadores, é que agora ela teme pela morte da democracia. — Todos nós seremos julgados pela história — afirmou.

Senadores aliados de Dilma reiteraram a tese de que o impeachment é um golpe, enquanto os que se opõem ao PT reafirmaram que há provas para a condenação.

Hoje a sessão continua com debates dos advogados de acusação e defesa, seguidos de discursos dos senadores antes da votação final, que será nominal e aberta. **2 a 8**



Marré Nogueira/Agência Senado

Convidados da presidente acompanham o discurso das galerias do Plenário

Comitiva da defesa inclui Lula, Chico Buarque e ex-ministros

A presidente afastada Dilma Rousseff chegou ao Senado acompanhada de parlamentares, do ex-presidente Lula, de ex-ministros e do compositor Chico Buarque. A comitiva da presidente

assistiu à sessão das galerias do Plenário, no lado reservado aos convidados da defesa. Do outro lado, ficaram os convidados da acusação. Entre os dois, foram acomodados os jornalistas. **3**

Advogados de acusação criticam contas públicas

Durante a sessão, Dilma Rousseff respondeu a perguntas feitas pelos advogados de acusação, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior.

Dilma explicou que até o fim da corrida presidencial de 2014 não tinha como saber que as contas públicas iriam se deteriorar.

Já o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, abriu mão de fazer perguntas à presidente, por considerar as respostas já dadas suficientes. **8**



Morieira Maniz/Agência Senado



Marré Nogueira/Agência Senado

Os advogados Janaina Paschoal, pela acusação, e José Eduardo Cardozo, pela defesa, acompanharam o depoimento

Devido ao julgamento do impeachment, a seção semanal *Especial Cidadania* não está sendo publicada hoje. Será retomada na próxima terça-feira.

Responsável pela sessão de julgamento da presidente Dilma Rousseff explicou no início do dia que parlamentares não poderiam se comportar como acusadores da presidente da República afastada

Senadores são juízes, adverte o ministro Lewandowski

O PRESIDENTE DO Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, responsável por conduzir o julgamento de Dilma Rousseff, iniciou a sessão de ontem advertindo aos parlamentares que eles são juízes, e não acusadores da presidente afastada. Com base nessa premissa, Lewandowski disse acreditar que não haveria injúrias ou ofensas de qualquer uma das partes durante essa fase de interrogatório.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) questionou se os senadores teriam o direito de evocar o inciso 8º do artigo 14 do Regimento Interno do Senado, que garante a palavra por cinco minutos ao parlamentar que for citado nominalmente em um discurso.

— Ficou estabelecido em comum acordo que cada senador terá até cinco minutos para perguntar. Mas não há previsão sobre o direito de resposta se alguém for nominalmente citado ou em caso de eventual agressão verbal — disse Aloysio, que lembrou



Presidente do Senado, Renan passa a condução dos trabalhos a Lewandowski

ainda o fato de que Dilma não teria limitação de tempo para responder.

Lewandowski afirmou que a lei e a doutrina consideram o interrogatório o ato culminante do processo penal, quando um acusado pode exercer a plenitude do direito de defesa.

— Neste momento, ela está defendendo seu mandato, sua honra pessoal e biografia.

É natural que nós demos a ela uma amplitude maior de expressão. Os senadores são juízes, não são acusadores.

Segundo Lewandowski, o artigo 14 do Regimento Interno não se aplica integralmente nesse caso e deve ser “aplicado com temperamento”. No entanto, esclareceu, se algum senador fosse injuriado, o direito de resposta seria garantido.

Palmas, vaias, faixas e cartazes foram proibidos durante a sessão

Permanecer em silêncio nas galerias do Senado, sem aplausos ou qualquer outro tipo de manifestação, inclusive exibição de faixas ou cartazes. Essas foram as regras para os convidados credenciados a participar da sessão de ontem, em que a presidente afastada Dilma Rousseff prestou depoimento no processo que definirá se ela será definitivamente afastada ou mantida no cargo.

O alerta foi feito pelo ministro Lewandowski, também no início da sessão. Qualquer ocorrência de quebra dessas normas, havia avisado ele, determinaria a suspensão da sessão e a atuação da Polícia Legislativa com o objetivo de retirar o responsável do Plenário da Casa, “sem prejuízo das sanções legais cabíveis”.

Aos senadores, Lewandowski lembrou que cada um dos inscritos teria até cinco minutos para inquirir a presidente afastada, na condição de ré no processo. A acusada, no entanto, disporia do tempo que julgasse necessário para suas respostas, o “pleno exercício do direito de defesa”, ressaltou Lewandowski.

Direito ao silêncio

O presidente do Supremo observou que a acusada Dilma também não seria obrigada a responder às perguntas que lhe fossem dirigidas, podendo exercer “o direito constitucional de permanecer em silêncio”.

Em seguida, Lewandowski destacou trecho de ementa de acórdão relatado pelo minis-

tro Celso de Mello, no exame de habeas corpus levado ao Supremo Tribunal Federal, para ressaltar que o princípio constitucional da “não culpabilidade” também consigna que ao réu seja assegurado tratamento condigno, não podendo o acusado receber tratamento “injurioso” pelo juiz do caso, papel que no processo de impeachment cabe aos senadores.

O ministro lembrou, ao fim, que não seria concedida réplica à acusada, conforme o roteiro definido para a sessão por acordo com líderes partidários. Além disso, frisou que as perguntas deveriam ser formuladas de forma objetiva, sem recursos que pudessem ser entendidos como tentativa de indução de resposta.

Embate entre advogados da acusação e da defesa será hoje

Encerrada a fase de instrução do julgamento, ontem, começam hoje os debates orais, a partir das 10h. A acusação e a defesa fazem uso da palavra por uma hora e meia cada uma, incluídos nesse tempo eventuais apartes. Se houver mais de um inscrito para defesa ou acusação, o tempo será dividido para que não ultrapasse o período previsto. Ainda poderá haver réplica e tréplica de uma hora.

Depois serão chamados os senadores inscritos para discursar sobre o objeto da

acusação, por até dez minutos improrrogáveis. Na madrugada de hoje, já havia 61 inscritos. Após os discursos, o presidente da sessão, Ricardo Lewandowski, deve apresentar um relatório resumido dos fundamentos da acusação e da defesa. Na sequência, ocorrerá a votação. No encaminhamento, serão admitidos, no máximo, dois oradores favoráveis e dois contrários, falando por até cinco minutos. A votação será aberta, nominal e pelo registro eletrônico.

Inscritos na discussão do impeachment

1. Gladson Cameli (PP-AC)	32. Regina Sousa (PT-PI)
2. Roberto Requião (PMDB-PR)	33. Eunício Oliveira (PMDB-CE)
3. Paulo Paim (PT-RS)	34. José Pimentel (PT-CE)
4. Antonio Anastasia (PSDB-MG)	35. Cidinho Santos (PR-MT)
5. Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	36. Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
6. Lúcia Vânia (PSB-GO)	37. Paulo Bauer (PSDB-SC)
7. Lasier Martins (PDT-RS)	38. Dário Berger (PMDB-SC)
8. Acir Gurgacz (PDT-RO)	39. Benedito de Lira (PP-AL)
9. Ronaldo Caiado (DEM-GO)	40. Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
10. Alvaro Dias (PV-PR)	41. Hélio José (PMDB-DF)
11. Ângela Portela (PT-RR)	42. Wilder Moraes (PP-GO)
12. Telmário Mota (PDT-RR)	43. Antonio Carlos Valadares (PSB-ES)
13. Fátima Bezerra (PT-RN)	44. Sérgio Petecão (PSD-AC)
14. Lídice da Mata (PSB-BA)	45. Zeze Perrella (PTB-MG)
15. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	46. Rose de Freitas (PMDB-ES)
16. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	47. Ana Amélia (PP-RS)
17. Gleisi Hoffmann (PT-PR)	48. Simone Tebet (PMDB-MS)
18. Fernando Collor (PTC-AL)	49. Waldemir Moka (PMDB-MS)
19. José Medeiros (PSD-MT)	50. Otto Alencar (PSD-BA)
20. Humberto Costa (PT-PE)	51. Pedro Chaves (PSC-MS)
21. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	52. Reguffe (Sem Partido-DF)
22. Lindbergh Farias (PT-RJ)	53. Roberto Rocha (PSB-MA)
23. Eduardo Amorim (PSC-SE)	54. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
24. Aécio Neves (PSDB-MG)	55. Cristovam Buarque (PPS-DF)
25. Kátia Malta (PR-ES)	56. José Agripino (DEM-RN)
26. Armando Monteiro (PTB-PE)	57. Dalirio Beber (PSDB-SC)
27. Valdir Raupp (PMDB-RO)	58. Jorge Viana (PT-AC)
28. Ivo Cassol (PP-RO)	59. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
29. Kátia Abreu (PMDB-TO)	60. Paulo Rocha (PT-PA)
30. José Aníbal (PSDB-SP)	61. João Capiberibe (PSB-AP)
31. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PRESIDÊNCIA Posses no TSE

10h Continuação do julgamento do impeachment. Às 19h, posse do ministro Herman Benjamin no cargo de corregedor-geral da Justiça Eleitoral e de Napoleão Nunes Maia Filho no cargo de ministro efetivo.

PLENÁRIO Impeachment

10h Continuação do julgamento.

CMO Imóveis da União

14h Reunião do colegiado de líderes da comissão mista. Depois, apreciação de projetos sobre créditos para o Ministério Público e órgãos do Judiciário e do Executivo.

MP 732/2016 Imóveis da União

14h30 Relatório da MP que limita reajuste da taxa de ocupação de imóveis da União.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em discurso de 45 minutos e ao longo das 13 horas em que respondeu aos senadores, a presidente rebateu críticas e disse que as elites não reconhecem a vontade popular

Democracia será condenada junto, diz Dilma

EM DISCURSO AOS senadores, a presidente afastada Dilma Rousseff classificou de “arbitrariedades” as acusações contra ela por crime de responsabilidade, comparou o julgamento em curso aos tribunais da ditadura militar e disse que teme a “morte da democracia” caso ela seja condenada.

Durante 45 minutos, a presidente fez sua defesa no Plenário do Senado conforme prevê o processo de julgamento do impeachment. E, ao longo de 13 horas, respondeu a questionamentos de 48 senadores.

Em seu discurso, ela destacou que respeita todos os senadores, reconhecendo neles a legitimidade do voto popular. E pediu aos parlamentares que deixem de lado qualquer “ressentimento” e votem contra o impeachment.

Dilma rememorou suas experiências durante a ditadura militar, quando foi presa e torturada, e disse que, apesar de reconhecer diferenças entre os dois períodos históricos, também convive hoje com um “sentimento de injustiça”. Ela falou sobre os riscos que acredita que o país corre caso seja condenada sem que, a seu ver, existam provas contra ela.

— Hoje temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós, aqui neste Plenário, lutamos. Receio que a democracia seja condenada junto comigo. Não tenho dúvidas de que todos nós seremos julgados pela história.

Por conta disso, fez um apelo para que os senadores pensem nas consequências do voto final que darão nos próximos dias.

— Uma condenação política exige obrigatoriamente a ocorrência de um crime de responsabilidade, cometido



Dilma Rousseff não poupou seu vice-presidente, Michel Temer, a quem chamou de “usurpador” no Plenário do Senado

dolosamente e comprovado de forma cabal. Lembrem-se do terrível precedente que a decisão pode abrir para outros presidentes que virão, governadores e prefeitos, atuais e futuros.

Motivos da crise

A presidente afastada falou também sobre os motivos que, segundo ela, desencadearam a crise política que culminou no processo de impeachment. Ela afirmou que os governos do PT feriram interesses das elites políticas e econômicas do Brasil, o que teria levado à “ruptura democrática”.

Na avaliação dela, duas forças se aliaram para removê-la da Presidência: seus adversários nas eleições de 2010 e 2014, que “queriam o poder a qualquer preço”, e setores do Congresso liderados pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que “tudo fizeram para desestabilizar o governo”. Além deles, Dilma culpou seu vice, o presidente interino

Michel Temer, chamado por ela de “usurpador”.

— Como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam, na vontade do povo, o elemento legitimador de um governo. Não se procurou discutir e aprovar uma melhor proposta para o país. O que se pretendeu, permanentemente, foi a afirmação de quanto pior, melhor, na busca obsessiva de se desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos dessa questionável ação política para toda a população.

Eduardo Cunha, responsável por acolher o pedido de impeachment, foi citado por Dilma como o “vértice da aliança golpista”. Além de comandar a resistência ao ajuste fiscal, Cunha foi acusado de ter premeditado o processo contra ela por não ter obtido apoio do governo no Conselho de Ética.

— É fato que não ter me curvado a essa chantagem motivou o recebimento da denúncia. Se eu tivesse me acumpliciado com a improbidade e com o que há de pior

na política brasileira, não correria o risco de ser condenada injustamente. Nunca aceitei, na minha vida, ameaças ou chantagens. Se não o fiz antes, não o faria na condição de presidenta da República.

Segundo ela, o impeachment é a ferramenta para comprometer “conquistas dos últimos 13 anos”, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o petróleo do pré-sal e direitos sociais de minorias.

Argumentos

Dilma Rousseff é acusada de ter cometido crime de responsabilidade ao editar três decretos de abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso e ao fazer operações supostamente ilegais com bancos públicos. Todos os atos são de 2015.

Em relação aos decretos, a presidente afirmou que eles tiveram sustentação na Lei Orçamentária Anual de 2015 e não afetaram a meta fiscal, uma vez que sua execução foi posteriormente

regulada por decretos de contingenciamento.

As operações com bancos públicos — as pedaladas — consistiram em atrasos na quitação de débitos da União referentes à equalização do Plano Safra. Para a acusação, esses atrasos representaram operações de crédito, vedadas pela lei. Dilma afirmou que não tinha participação direta na execução do plano, portanto eventuais irregularidades não podem ser atribuídas a ela.

A presidente também observou que ambas as denúncias se sustentam sobre interpretações do Tribunal de Contas da União (TCU) que foram estabelecidas posteriormente aos atos dos quais ela é acusada. Dessa forma, concluiu Dilma, não seria possível condená-la.

Debates

Os questionamentos dos senadores foram marcados pela polarização entre apoiadores e opositores da presidente afastada a respeito da legalidade do processo de impeachment.

Os aliados de Dilma manifestaram solidariedade e dirigiram elogios a ela em suas participações. Também reiteraram a tese de que o processo de impeachment é um “golpe de Estado” porque, segundo eles, as acusações são improcedentes e servem apenas como pretexto para retirar a presidente do cargo.

Por sua vez, senadores que fizeram oposição ao governo Dilma declararam que há provas suficientes para condenar a presidente e que o impeachment segue ritos e procedimentos chancelados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Íntegra do discurso de Dilma: <http://bit.ly/discursoDilma>

Presidente foi acompanhada por comitiva e aguardada por aliados e manifestantes

A presidente afastada Dilma Rousseff chegou ao Senado ontem pouco depois das 9h. Ela foi recebida por parlamentares aliados na Chapelaria, lugar de entrada para o Salão Branco do Congresso. Uma comitiva de cerca de 30 pessoas a acompanhou durante o dia.

Antes, Dilma tomou café da manhã no Palácio do Alvorada com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do PT, Rui Falcão, o compositor Chico Buarque e ex-ministros como Nelson Barbosa, Miriam Belchior, Aloizio Mercadante, Ricardo Berzoini, Tereza Campello, Miguel Rossetto, Jaques Wagner e Patrus Ananias. Eles a acompanharam em seguida

até o Congresso.

Dilma saiu do Palácio da Alvorada num carro oficial acompanhado por um comboio escoltado.

Senadores e deputados aliados também a aguardavam e subiram com ela para a sala de reuniões do presidente do Senado, Renan Calheiros. Antes, Dilma recebeu um buquê de flores do Cerrado e uma bandeira do Brasil onde estava escrito: “Um filho teu não foge à luta”.

A comitiva da presidente assistiu à sessão das galerias do Plenário. Lá também estavam convidados da acusação, em sua maioria representantes de movimentos sociais pró-impeachment.



Jaques Wagner, Chico Buarque, Lula, Marcelo Lavenère e Eugênio Aragão

Desde o domingo à noite, manifestantes favoráveis e contrários à presidente afastada concentraram-se na frente do prédio do Congresso e organizaram protestos. Eles ficaram em lados diferentes da Esplanada dos Ministérios,

separados por uma parede de ferro e monitorados pela Polícia Militar. Os grupos foram mantidos afastados do Congresso por grades que cercavam o edifício, formando um perímetro de segurança.

Nas galerias e na tribuna do

Plenário do Senado, também houve uma divisão. De um lado, lugares reservados para convidados da defesa. Do outro, convidados da acusação. Entre os dois grupos, foram acomodados jornalistas do Brasil e do exterior credenciados.

Manifestação

Foi a primeira vez que Dilma se manifestou no Congresso desde que o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu início ao processo de impeachment, em dezembro do ano passado. Até então, a defesa tinha sido conduzida por seu advogado e ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

Anastasia: crédito suplementar foi aberto após alerta sobre meta fiscal

Para senador, Dilma autorizou suplementação orçamentária com consciência de que a meta fiscal não seria cumprida. Presidente afastada defendeu regularidade de ato

A PRESIDENTE AFASTADA Dilma Rousseff defendeu a regularidade dos decretos de suplementação orçamentária feitos em 2015. Em resposta ao senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), ela disse que a Constituição veda a edição desses decretos apenas se não houver autorização legislativa. Porém, afirmou a presidente, a autorização estava prevista no próprio texto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015.

Quanto à incompatibilidade dos decretos com a meta de resultado primário, ponto da denúncia, Dilma disse que a regulação da execução da programação financeira é determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pelo conceito de meta anual. Segundo ela, o parâmetro a ser considerado é o

que consta do PLN 5/2015, enviado ao Congresso na segunda metade de 2015, mas só aprovado em dezembro.

Anastasia havia salientado que, quando foi enviado o primeiro decreto de autorização dos créditos, em 22 de julho de 2015, a minuta do PLN 5 já estava sob análise na Presidência da República. Portanto, a partir de 22 de julho, frisou ele, Dilma já tinha “plena consciência” de que a meta original de resultado primário, ainda vigente, já não seria cumprida. Por isso, o decreto seria irregular naquele momento.

Quanto ao Plano Safra, Anastasia lembrou que Dilma, em um ponto de seu depoimento enviado à Comissão do Impeachment, afirmou que não havia prazo para quitação, ao Banco do Brasil,



Anastasia ainda questionou presidente afastada sobre prazo para repasses ao Banco do Brasil

do subsídio. Em outro ponto, contudo, segundo o senador, a defesa confirma que houve um “mero atraso” no pagamento, e não operação de crédito, o que configuraria crime de responsabilidade.

— Como, então, seria possível haver atraso se não há prazo para pagamento? — questionou o senador.

Kátia Abreu: Dilma fez boa gestão e ampliou recursos na agricultura

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que foi ministra da Agricultura no segundo mandato de Dilma Rousseff, disse que não houve nenhuma irregularidade nas pedaladas fiscais e que a presidente fez uma excelente gestão na área, com mobilização de valores inéditos em recursos orçamentários, subvenções e no seguro agrícola.

— Esta política possibilitou a produção de R\$ 3 trilhões no valor bruto da produção — disse.

Dilma afirmou que vê no processo de impeachment o risco de se estruturar uma “crise permanente” no sistema político. Para a presidente, “o país está na iminência de abrir um precedente grave, afastando um chefe de governo sem crime de responsabilidade”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Verdadeiro golpe foi contra os brasileiros, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a presença de Dilma no julgamento do impeachment, legitima o processo e derruba a versão de que se trata de um golpe.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Para a senadora, “não há dúvidas de que o crime de responsabilidade existiu”.

— O verdadeiro golpe foi contra milhões de brasileiros desempregados e milhares de jovens — disse Ana Amélia.

A presidente respondeu que é preciso distinguir golpe militar de “golpe parlamentar, que é quando se derruba um governo por razões fragilizadas e sem crime de responsabilidade”.

— O que se está fazendo é encobrir a tentativa de tirar um governo eleito e colocar um que não teve voto e que está implantando um programa que não foi o vencedor — afirmou Dilma.

Ferraço acusa presidente afastada de ter traído confiança do povo

“O voto é sagrado, mas não é um cheque em branco que autoriza o governante a agir além da lei”, disse Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O senador acusou



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Dilma Rousseff de ter faltado com a verdade e traído a confiança do povo.

Em resposta, Dilma sustentou não ter desrespeitado as leis orçamentária e fiscal quanto à edição de decretos de crédito suplementar e ao custeio do Plano Safra:

— Temo que a fragilidade dos autos do processo na acusação seja responsável pela forma pela qual o senhor me acusa de características que são meras impressões políticas. Não considero que a sua acusação sobre eu ter mentido tenha base na realidade. Não expressa a verdade dos fatos — disse Dilma.

“É a democracia que está sendo julgada no Senado”, avalia Requião

“Hoje eu falo contrariado, pois não é a presidente Dilma que está sendo julgada no Senado, é a democracia, é um projeto soberano de construção do Brasil”, afirmou Roberto Requião (PMDB-PR).



Genildo Magalhães/Agência Senado

Para o senador, Dilma não cometeu crime que possa justificar o impeachment. As pressões, segundo ele, “vêm da insatisfação do poder econômico”.

— O capital especulativo, tendo seus interesses contrariados, reage promovendo a precarização do Executivo, do Parlamento e das relações de trabalho, e cortes de investimentos públicos em saúde e educação — avaliou.

Dilma disse ser preciso repensar as relações existentes entre política e interesses econômicos, afirmando que sempre agiu de acordo com a legislação.

Governo Dilma vendeu um Brasil irreal, declara Simone Tebet

Para Simone Tebet (PMDB-MS), os decretos irregulares assinados por Dilma Rousseff e as pedaladas fiscais não foram atos isolados, mas consequência da



Pedro França/Agência Senado

irresponsabilidade fiscal do governo.

Ao indagar a presidente afastada, a senadora disse que “a contabilidade criativa praticada pela equipe econômica não deu conta de camuflar um cenário de queda de receita e aumento irresponsável de despesas”.

— Vendeu-se um Brasil irreal aos brasileiros e o resultado está aí: perda de credibilidade, queda nos investimentos, desemprego recorde e recessão. É a maior crise econômica do país.

Dilma respondeu que a crise é consequência de problemas da economia mundial desde 2008.

Dilma garante a Aloysio que reforçou responsabilidade fiscal

Em resposta a Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Dilma Rousseff disse que seu governo inovou ao incluir no Orçamento, em 2014 e em 2015, a determinação de que nenhum decreto de crédito suplementar poderia ultrapassar em valores os decretos de contingenciamento.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Para ela, é o atual processo de impeachment que põe em risco a Lei de Responsabilidade Fiscal, “pois os governos podem ser induzidos a propor metas menos rígidas”. Aloysio criticou Dilma por insistir que o processo é um golpe, dizendo que o rito tem a chancela do STF e amplo direito de defesa, e que “houve crime de responsabilidade”. Dilma respondeu que não recorreu ao STF nem ao Ministério Público porque o Senado ainda não a condenou.

Medeiros: “processo de impeachment é a democracia em ebulição”

José Medeiros (PSD-MT) acusou o governo Dilma de ter provocado a crise e disse que qualquer regime de governo cai se não houver base popular, apoio político e economia funcionando bem. O senador disse, ao questionar Dilma, que o impeachment não é um golpe, mas a “democracia em ebulição”.



Pedro França/Agência Senado

— Se esse tripé não funcionar, cai qualquer regime de governo.

Dilma afirmou que, desde 2009, o governo Lula resistiu à crise econômica mundial com políticas que buscavam manter o poder de compra do trabalhador. Ela disse que essas políticas continuaram nos anos seguintes, e que não é possível achar que a crise no Brasil é produto de três decretos ou do Plano Safra, referindo-se às pedaladas fiscais.

Bauer questiona sobre falta de registro de dívida com banco público

Paulo Bauer (PSDB-SC) questionou Dilma sobre a falta de indicação, no balanço do exercício financeiro de 2014, da existência de pendências de seu governo com bancos públicos. A presidente afirmou ter seguido orientação do Banco Central, que não estabelecia a obrigatoriedade desse registro nem nas estatísticas de dívida pública nem nas de resultado primário. Dilma disse que essa metodologia só mudou a partir de janeiro de 2015, quando o TCU emitiu parecer com entendimento diverso.



Genildo Magalhães/Agência Senado

— Isso não tinha sido computado não por decisão nossa, mas do Banco Central. A partir da decisão do TCU, não só passamos a computar como pagamos todo o passivo aos bancos públicos — respondeu Dilma.

Lasier se diz convencido de que houve crime de responsabilidade

Lasier Martins (PDT-RS) disse acreditar que a presidente afastada incorreu em crime de responsabilidade.



Genildo Magalhães/Agência Senado

— Compactuo do entendimento de que houve crime fiscal, pois a Constituição exige que a suplementação de crédito orçamentário ocorra mediante autorização do Congresso — disse.

Dilma respondeu que seu governo recebeu autorização do Congresso quando os parlamentares aprovaram a Lei Orçamentária de 2015, sendo os decretos de crédito suplementar compatíveis com a meta de resultado primário e editados de acordo com a lei.

— Não deixamos que os créditos suplementares aumentassem as despesas, eles apenas flexibilizavam onde se poderia fazer o gasto — justificou.

Aécio acusa Dilma de ter “faltado com a verdade” para vencer eleição

Senador disse que a presidente, na campanha de 2014, garantiu que a inflação estava sob controle e que o país iria crescer no ano seguinte, o que não foi verificado em 2015

AO QUESTIONAR DILMA Rousseff, Aécio Neves (PSDB-MG), que perdeu as eleições no segundo turno para ela em 2014, lembrou das promessas de campanha da ex-adversária. O senador criticou Dilma por associar o impeachment a “inconformismo dos derrotados nas eleições presidenciais”. Aécio disse não ser desonra perder eleições “quando se defendem ideias e se cumpre a lei”.

— Eu não diria o mesmo de quando se vence a eleição faltando com a verdade e cometendo ilegalidades — disse.

Aécio disse que Dilma condena o PSDB, partido que hoje o senador preside, pela iniciativa de abrir ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com denúncia sobre irregularidades na campanha. Contudo, afirmou, a presi-

dente afastada “não diz que o tribunal só abriu a investigação após identificar, em perícias, inúmeras ilegalidades”.

O senador citou afirmações de Dilma na campanha em relação à situação econômica do país. Como exemplos, as garantias de que a inflação estava sob controle e de que o país teria crescimento positivo no ano seguinte.

— Ao apontar os problemas, os críticos eram chamados de “pessimistas de plantão”. Depois, a inflação, em 2015, ultrapassou a casa de 10%. Somente a de alimentos, acima de 16% — disse.

Dilma destacou que Aécio também está tendo suas contas de campanha sob investigação. Em seguida, ela respondeu que a situação econômica do país mudou por efeitos do mercado



Aécio: TSE só decidiu investigar a campanha presidencial após identificar irregularidades

Segundo Caiado, bancos privados não sofreram com pedaladas fiscais

Os bancos públicos não foram tratados pelo governo de Dilma como os bancos privados, que tiveram os juros equalizados mensalmente, afirmou Ronaldo Caiado (DEM-GO). O senador questionou por que só sofreram os efeitos das pedaladas fiscais os bancos ligados ao Estado, como Banco do Brasil, BNDES e Caixa.

Dilma respondeu que, no Plano Safra, menos de 10% dos contratos de empréstimo são firmados com bancos cooperados e, por serem um universo muito menor e mais fácil de controlar, puderam ter os pagamentos equalizados em dia. Caiado também questionou investimentos em países com situação democrática controversa, como Cuba.

— Para acabar com o isolamento — respondeu Dilma.



Ronaldo Caiado/Agência Senado

Em resposta a Lídice, Dilma critica PEC que limita gasto público

Na resposta a Lídice da Mata (PSB-BA), Dilma Rousseff disse que, em meio à crise, procurou poupar os programas sociais de cortes mais profundos. Ela aproveitou para criticar o presidente interino pela apresentação ao Congresso da “PEC do teto”, que determina que os gastos públicos estarão sujeitos apenas à correção inflacionária por 20 anos. Se aprovada, a proposta levará a fortes cortes de investimentos em áreas como educação e saúde, afirmou. Dilma disse ainda que Michel Temer já está tomando decisões que colocam em risco vários programas sociais.

Para Lídice, o impeachment é um “golpe parlamentar” que visa à retirada de direitos trabalhistas e à entrega do patrimônio público, como o pré-sal.



Lídice da Mata/Agência Senado

Malta pergunta à presidente se ela mentiu na campanha

Magno Malta (PR-ES) perguntou a Dilma Rousseff se ela havia mentido no processo eleitoral.

— A senhora disse com tanta veemência que não ia subir juros, que não ia faltar comida. A senhora é uma mulher inteligente, preparada e tinha conhecimento. Eu pergunto: quem mentiu no processo eleitoral? Foram os marqueteiros? A senhora não tinha as informações? — questionou o senador.

A presidente afastada respondeu que não, mas que não havia como prever o tamanho da crise que vinha pela frente. Ela justificou a mudança da meta fiscal de 2015 devido a essa crise e criticou a criminalização da prática:

— Porque se criminaliza, a reação vai ser afrouxar o gasto. Aí, sim, explodem tanto a dívida quanto a meta.



Magno Malta/Agência Senado

Lúcia Vânia questiona conhecimento sobre dívidas do Plano Safra

Lúcia Vânia (PSB-GO) perguntou à presidente afastada se ela tinha conhecimento das dívidas do governo relacionadas ao Plano Safra e se essa situação afetava a capacidade do governo de alcançar a meta de resultado primário. Dilma respondeu que, até o TCU passar a exigir, em abril de 2015, o registro imediato e o pagamento dessas dívidas, prevalecia metodologia do Banco Central que desobrigava a contabilização dos passivos:

— Até então, o TCU e o Senado não tinham falado nada dessa metodologia, que foi aplicada por governos anteriores.

Sobre a expansão da meta sem autorização prévia do Congresso, a presidente afastada disse que isso não fere a Constituição e tem respaldo da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Lúcia Vânia/Agência Senado

Maior vítima do impeachment será a população, diz Vanessa

A presidente afastada será vista pela história como vítima, mas a maior vítima será o povo brasileiro, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Reiterando que o processo de impeachment é político e não tem nenhum elemento jurídico, a senadora indagou da presidente afastada quais ganhos o Brasil pode esperar caso ela retome o mandato.

Dilma respondeu que, na hipótese de impeachment sem a ocorrência de crime de responsabilidade, “não só estaremos diante de um golpe, mas de uma eleição indireta, portanto, de um retrocesso nas práticas que superamos depois da resistência democrática e do fim da ditadura militar”. Ela voltou a defender que a população se manifeste sobre eleições diretas.



Vanessa Grazziotin/Agência Senado

Cidinho critica cortes em programas sociais e problemas de gestão

Cidinho Santos (PR-MT) apontou problemas graves de gestão na condução da economia e criticou os cortes ocorridos em programas do governo como o Fies e o Minha Casa, Minha Vida.

Dilma disse estranhar ser cobrada por cortes de recursos quando a acusação sustenta que ela aumentou demais os gastos. Ela também negou responsabilidade por cortes no Minha Casa, Minha Vida e afirmou que foi o governo Temer que suspendeu o programa. Quanto ao Fies, disse que o que houve foram mudanças para garantir a qualidade. Instituições sem nota suficiente passaram a ser cortadas, acrescentou.

— Não tem por que aceitar que as pessoas de baixa renda tenham acesso a uma educação piorada.



Cidinho Santos/Agência Senado

Não houve crime de responsabilidade, sustenta Armando

Não há nada que caracterize crime de responsabilidade de Dilma Rousseff, afirmou Armando Monteiro (PTB-PE). Para ele, o impeachment é uma lesão às instituições democráticas do país.

O senador perguntou à presidente afastada como seria a construção de um novo regime fiscal. Ela defendeu reformas que permitam alterar a estrutura de receitas e despesas, dizendo que as mudanças devem envolver a revisão do sistema tributário:

— O país tem estrutura tributária altamente regressiva: paga mais quem tem menos e paga menos quem tem mais.

As modificações deverão levar em conta os interesses dos trabalhadores e da classe média, além da manutenção dos programas sociais, disse Dilma.



Armando Monteiro/Agência Senado

Pedaladas causaram prejuízos de R\$ 6 bilhões, calcula Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que Dilma Rousseff infringiu a Constituição federal e atentou contra a lei orçamentária ao editar decretos de crédito suplementar sem autorização expressa do Congresso. Além disso, acrescentou o senador, as chamadas “pedaladas fiscais” praticadas pela governante causaram prejuízos de cerca de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos.

Amorim aproveitou para afirmar que o processo de impeachment está ocorrendo em “absoluta normalidade constitucional e democrática”, com centenas de jornalistas de todo o Brasil e outros países dando “toda a transparência do processo”.

O senador acusou o governo Dilma de não ter dialogado com o Congresso.



Eduardo Amorim/Agência Senado

Dilma garante a Gurgacz que fará uma reforma política, caso retorne

Em resposta a Acir Gurgacz (PDT-RO), a presidente afastada Dilma Rousseff reiterou a necessidade de aprovar uma reforma constitucional que livre o Brasil da “instabilidade sistemática”. Ela prometeu que, caso retorne à Presidência, apoiará as propostas de plebiscito sobre a antecipação das eleições presidenciais e a reforma política.

Para ela, a consumação do impeachment seria um momento de ruptura do pacto iniciado com a Constituição de 1988 e de interrupção do programa de governo aprovado nas urnas em 2014.

— Em nenhum momento nós falamos em acabar com o Pronatec ou com o Ciência sem Fronteiras. As opções do governo interino são diferentes das nossas — ressaltou.



Acir Gurgacz/Agência Senado

Para Cássio, perda de mandato é pena proporcional aos crimes

Líder do PSDB no Senado lembra que Dilma fez a defesa ao lado dos presidentes do Judiciário e do Legislativo e diz que “golpe é vencer uma eleição mentindo a um país”

AO FORMULAR O questionamento à presidente afastada Dilma Rousseff, o líder do PSDB, o senador Cássio Cunha Lima (PB), disse que o país vive uma situação de normalidade institucional.

— Não pode haver golpe com uma mesa composta com os chefes dos três Poderes da República — afirmou, lembrando que, ao lado de Dilma, estavam o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, conduzindo os trabalhos, e o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Cássio disse que Dilma optou outra vez por um discurso político e perdeu a última oportunidade de se defender dos crimes que lhe são atribuídos.

— Golpe é vencer uma eleição mentindo a um país. Golpe é quebrar uma

empresa como a Petrobras. Golpe é fazer terrorismo contra os mais pobres.

Para o senador, o impeachment não nasceu no Congresso, mas nas ruas, e desculpas em torno de crises internacionais não funcionam. Ele disse não ter dúvidas sobre os crimes de responsabilidade e avaliou que a pena de perda de mandato guarda proporcionalidade com os atos.

— A pena é severa demais? Não. Severo é haver 12 milhões de desempregados. Duro é viver em um país que está há três anos em recessão — disse.

Cássio perguntou a Dilma de quantas reuniões ela participou sobre o Plano Safra e que tratamento dispensava, na rotina de trabalho, ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Para Paim, processo dá motivo para cassar prefeitos e governadores

Paulo Paim (PT-RS) disse considerar que o processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, da maneira como está ocorrendo, abre precedente para que câmaras de vereadores e assembleias legislativas retirem os mandatos de prefeitos e governadores. Ele considerou a tese dos defensores do impeachment como absurda.

A presidente afastada agradeceu a manifestação do senador e lembrou realizações dos governos do PT, como a política de valorização do salário mínimo, que considerou “um dos esteios da redução da desigualdade social no país”. Ela lembrou do Programa Mais Médicos, que levou profissionais de saúde ao interior do país, e da política de saneamento.

Lindbergh denuncia “tribunal de exceção” e protesta contra “golpe”

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que Dilma é vítima de um “tribunal de exceção”, no qual as provas “não valem nada”. Ele afirmou que todos os senadores sabem que a presidente não cometeu crime de responsabilidade, mas vão condená-la mesmo assim. O senador classificou o impeachment como golpe contra a população pobre e os trabalhadores, articulado por Michel Temer, Eduardo Cunha, grande mídia e elites econômicas.

Dilma destacou duas razões para o impeachment: a intenção política de paralisar a Operação Lava Jato e o interesse econômico de aliviar os impactos da crise sobre a classe empresarial, em detrimento do povo — o que chamou de “programa reacionário”.

José Aníbal diz que Dilma “terceiriza suas responsabilidades”

José Aníbal (PSDB-SP) afirmou que a presidente afastada Dilma Rousseff não tem condições de governar e lamentou que não tenha demonstrado humildade para reconhecer seus erros. De acordo com o senador, a presidente afastada “terceiriza todas as suas responsabilidades” e não reconhece que deixou um legado que está levando o país a um retrocesso devastador.

— A senhora se tornou uma especialista em terceirizar responsabilidades. O BC americano é responsável pela crise do real. A crise internacional é culpada pela queda do PIB. Técnicos são culpados pelos decretos. O Banco Central é o culpado pelo não reconhecimento das pedaladas e Eduardo Cunha é o culpado pelo desastre fiscal.

Tasso contesta tese de que crise internacional prejudicou o Brasil

Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou o argumento usado pela presidente afastada Dilma Rousseff de que a crise econômica do país foi um reflexo da crise internacional. Como comparação, o senador afirmou que, em 2014, o Brasil teve crescimento zero e a média mundial foi de 3,4%.

— Não há qualquer correlação entre a crise internacional e nossa tragédia econômica — disse Tasso.

A presidente acusou o Congresso de não ter sensibilidade para aprovar medidas para ajudar o país a sair da crise. Muitos parlamentares, alegou, mudaram de posição com relação ao governo interino. Para ela, foi uma política de “quanto pior melhor” por parte dos opositores ao seu governo.



Cássio diz que processo de impeachment nasceu nas manifestações de rua contra a gestão Dilma

Na resposta, Dilma reafirmou que não cometeu crime de responsabilidade e que o processo nasceu de uma chantagem do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ela disse ainda que não se pode atribuir a crise aos decretos de crédito suplementar e às operações do Plano Safra.

Governo Temer pegou uma herança maldita, afirma Ataídes Oliveira

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) acusou o governo Dilma Rousseff de usar programas como o Bolsa Família e o Fies para ganhar as eleições presidenciais de 2014. De acordo com ele, esses programas foram inflados naquele ano para que a presidente pudesse usá-los na campanha.

Além disso, o senador afirmou que o Brasil devia em 2003, interna e externamente, R\$ 828 bilhões, montante que teria passado para R\$ 4,1 trilhões atualmente.

— O governo do Partido dos Trabalhadores gastou um rio de dinheiro e gastou mal. O presidente Michel Temer pegou uma herança maldita. Ele vai ter que trabalhar muito com a nova equipe econômica.

Fátima Bezerra destaca avanços do governo petista na educação

Fátima Bezerra (PT-RN) disse sentir profunda tristeza e indignação ao participar do julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff. Fátima disse conhecer a integridade, a ética e o compromisso que Dilma tem com a democracia e ressaltou que já foi comprovada a inocência da presidente afastada na Comissão Especial do Impeachment.

A senadora destacou os avanços na educação no governo petista e ressaltou que esse legado está ameaçado pelo que chamou de “consórcio golpista” que, segundo ela, congelará gastos públicos durante os próximos 20 anos.

— Como professora, não poderia deixar de reconhecer os avanços como, a aprovação do Plano Nacional de Educação e a expansão das universidades.

Gleisi afirma que país vive farsa jurídica e violência política

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse sentir “imensa tristeza” por ver Dilma Rousseff julgada pelo Senado, no que chamou de “momento cretino pelo qual passa o Parlamento brasileiro”. A senadora classificou o processo de impeachment de “farsa jurídica” e “violência política”. Ela afirmou que Dilma foi vítima de conspiração.

Ministra da Casa Civil entre 2011 e 2014, Gleisi pediu à presidente afastada uma avaliação das realizações do governo. Dilma citou obras de infraestrutura, programas de incentivo a atletas e o Minha Casa, Minha Vida.

— Mas meu orgulho é pelo fim da miséria. Nós tiramos o Brasil do mapa da fome. Tiramos por meio do Bolsa Família — respondeu a presidente.

Alvaro reitera que impeachment foi “demanda das ruas”

Alvaro Dias (PV-PR) denunciou o que chamou de a “ficção do golpe” denunciado por Dilma, salientando que o impeachment foi um “ponto emblemático” das demandas do povo nas ruas. Para o senador, as manifestações populares constituíram um movimento que dispensou os partidos políticos para cobrar o fim da “usina de corrupção”.

— As pessoas organizaram-se espontaneamente pelas redes sociais e inundaram as ruas deste país para escrever o seu manifesto de protesto contra a corrupção e a incompetência.

Segundo Alvaro, que salientou o “fracasso” da gestão Dilma, o impeachment é decorrência do “golpe” do governo contra a Constituição e das afrontas ao Poder Legislativo.

Segundo Regina, presidente é vítima, não ré do processo

Regina Sousa (PT-PI) afirmou que não vê a presidente afastada Dilma Rousseff como ré no processo de impeachment, mas sim como vítima. Na opinião da senadora, a presidente está sendo vítima dos “maus perdedores” das eleições presidenciais, de membros do Tribunal de Contas da União, de integrantes do Congresso Nacional, da grande mídia e da “falsidade de aliados” que participaram do governo Dilma.

— A senhora é vítima de Eduardo Cunha, por não ceder às chantagens. A senhora está sendo julgada pelo que não fez, não cedeu, se tivesse cedido não estaria aqui. E Cunha será premiado pelo papel que desempenhou na farsa.



Moreira Matiz/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado



Moreira Matiz/Agência Senado

Humberto pede que presidente confirme apoio a plebiscito

O senador questionou a legitimidade do governo interino e solicitou à Dilma que reafirmasse posição a favor do plebiscito para antecipar as eleições no país

A LEGITIMIDADE E o programa do governo interino de Michel Temer foram questionados por Humberto Costa (PT-PE), em sua pergunta à presidente afastada Dilma Rousseff. O senador pediu a ela que confirmasse o apoio à proposta de plebiscito por novas eleições, o que considera imprescindível para impedir a continuidade do “acordo de baixo nível” que deu origem ao processo de impeachment.

— Só o voto é capaz de restaurar a legitimidade no Brasil. Eles não gostam do voto — afirmou Humberto.

Dilma manifestou apoio ao plebiscito sobre a antecipação das eleições presidenciais. Ela disse que voto não é salvo-conduto para um governante, mas para a validade de um afastamento

por impeachment é necessário o crime de responsabilidade. Dilma classificou de “estelionato eleitoral” a instalação de um governo sem voto, por meio de um processo ilegítimo.

— Isto é estelionato eleitoral no mais completo sentido da palavra. [Governantes sem voto] ao invés de serem motivo e causa para superar a instabilidade, são causa e motivo de maior instabilidade.

Humberto ressaltou que as pedaladas fiscais, causa para o afastamento da presidente Dilma, foram praticadas por 17 governadores e “mais de um presidente da República”. Ele opinou que, enquanto Dilma é acusada de irresponsabilidade fiscal, o presidente interino Michel Temer está “gastando

A Hélio José, Dilma diz que Previdência deve ter discussão ampla

A reforma da Previdência só deve ser feita a partir de discussão que reúna trabalhadores, empresários, parlamentares e governo, disse a presidente afastada em resposta ao senador Hélio José (PMDB-DF). Ela afirmou que seu compromisso continua sendo o desenvolvimento econômico com inclusão social, capaz de congrega a todos, recuperar o crescimento e oferecer igualdade de oportunidade.

No que se refere a possíveis alterações na legislação trabalhista, Dilma disse que “sempre é possível melhorar a legislação”, mas que não acha adequada a adoção obrigatória “do negociado sobre o legislado”. A presidente afastada também defendeu a Consolidação das Leis do Trabalho.



Moneira Mariz/Agência Senado

De acordo com Ângela Portela, julgamento é “teatro dos absurdos”

Ângela Portela (PT-RR) chamou o julgamento de “teatro dos absurdos”. De acordo com a senadora, o processo de impeachment resulta de um “conluio” entre os políticos que foram derrotados por Dilma na eleição presidencial de 2014 e os que são investigados na Operação Lava Jato por suspeita de corrupção.

— Os fatos elencados neste processo nada mais são do que pretextos mal-acabados para interromper um processo de inclusão social que beneficiou milhões de brasileiros. O que está em jogo hoje não é apenas o mandato de uma presidenta acusada de algo que ela não fez. O que também está em jogo é o que ela fez: um país mais justo, mais solidário e de todos.



Moneira Mariz/Agência Senado



Moneira Mariz/Agência Senado

Senador afirmou que pedaladas foram praticadas por governadores e presidentes

por conta” da ampliação de metas fiscais.

O senador criticou os atos do governo interino que, segundo ele, reduzem os programas sociais. Ele disse que os deputados se preparam para promover eleições presidenciais indiretas caso a Operação Lava Jato atinja Temer.

Reguffe: como exigir obediência às leis se o governo as descumpre?

Reguffe (sem partido-DF) perguntou à presidente afastada Dilma Rousseff como exigir que o cidadão cumpra as leis do país se um presidente descumpre a Constituição. Em resposta ao senador, a presidente afastada disse que nenhum governante pode ir contra o que diz a Carta Maior, assim como ela não foi.

O senador questionou se a presidente sabia o que estava fazendo quando assinou os decretos de créditos suplementares que são uma das bases para o pedido de impeachment.

— Eu os assinei e, no momento em que eu o fiz, todos julgavam que eram decretos absolutamente corretos, por isso eu assinei. A própria perícia do Senado diz isso.



Moneira Mariz/Agência Senado

Jorge Viana duvida de justiça para Dilma em “tribunal sem isenção”

Jorge Viana (PT-AC) questionou ontem a legitimidade do julgamento da presidente afastada. Para ele, o Senado não tem a isenção necessária para funcionar como tribunal.

— Que tribunal é esse onde os juízes são os senadores e a acusada é a presidente da República? Os juízes aqui são isentos como devem ser? Que chance há para a presidente Dilma encontrar justiça nesse tribunal? — indagou.

Viana afirmou que o problema é que “parte importante dos juízes do tribunal é beneficiária do resultado do julgamento”. Ele disse que o impeachment não é solução, mas agrava a crise e divide ainda mais o país. Viana concluiu apelando para que os senadores “sejam leais à Constituição”.



Moneira Mariz/Agência Senado

Dilma afirma a Agripino que não houve alertas sobre pedaladas fiscais

Ao ser indagada pelo senador José Agripino (DEM-RN) sobre as pedaladas fiscais de 2015 referentes ao Plano Safra, Dilma Rousseff afirmou que elas não podem ser consideradas operações de crédito entre o Banco do Brasil e o governo federal, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ela lembrou que o Ministério Público do Distrito Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como juristas e auditores do TCU, manifestaram esse mesmo entendimento. Dilma também ressaltou que os atrasos estavam em conformidade com a legislação e que não houve nenhum alerta do Tribunal de Contas da União sobre a suposta irregularidade.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Randolfe Rodrigues se declara contra o impeachment

A Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Dilma Rousseff disse que o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, tentou chantageá-la para salvar seu mandato. Entretanto, ela disse que Cunha nunca tratou sobre isso pessoalmente com ela.

— Esse processo tem indelevelmente marcado nele a impressão digital de todos os dedos do senhor Eduardo Cunha, que encontrou na oposição, inconformada com a derrota, uma grande aliada — afirmou Dilma.

Randolfe disse ver indícios de que o PMDB teve “postura dúbia” desde o início do segundo mandato de Dilma.

O senador declarou-se contra o impeachment por desejar “entrar pela porta da frente da história”.



Roque de Sá/Agência Senado

Flexa Ribeiro acusa governo Dilma de induzir país a erro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que, apesar da controvérsia sobre a natureza das pedaladas fiscais, o objetivo da estratégia contábil do governo era induzir o povo e o Legislativo a erro. O senador cobrou de Dilma respeito à Constituição, que implica na aceitação da posse do vice-presidente no caso da perda do mandato da titular, e apontou que a presidente afastada se prende a uma “visão deturpada” sobre o impeachment como ataque à democracia.

— É a voz do povo brasileiro e a ação de parlamentares e homens públicos que buscam podar os galhos envenenados da árvore — afirmou, referindo-se à metáfora usada por Dilma, que comparou a democracia a uma árvore.



Roque de Sá/Agência Senado

Sempre houve cuidado na edição de decretos, defende José Pimentel

José Pimentel (PT-CE) afirmou que Dilma é uma mulher honesta e que está sendo “perseguida e julgada por tratar bem os mais pobres”. O senador destacou o cuidado de Dilma na assinatura de documentos, especialmente os decretos. Segundo ele, não houve qualquer discordância com o provisionamento dos gastos da máquina pública.

Pimentel lembrou que a alteração na tramitação dos vetos ocorreu no governo Dilma. Foram mais de 4 mil vetos a matérias consideradas inconstitucionais ou contrárias aos interesses nacionais e às finanças públicas. Desse total, menos de dez vetos foram derrubados. Todos, de acordo com Pimentel, objeto de muito diálogo com a oposição.



Roque de Sá/Agência Senado

Telmário pergunta o que faria a presidente, se voltasse ao poder

“Lamento que no último tempo a liderança progressista que caracteriza o centro democrático se transmutou em liderança ultraconservadora, ultrafundamentalista, que não tem parâmetros éticos, com esse PMDB jamais governaria ou conviveria novamente”, disse Dilma Rousseff em resposta ao senador Telmário Mota (PDT-RR), que indagou o que faria a presidente afastada se voltasse ao poder.

— Deus me livre do PMDB do mal. Eu respeito vários integrantes do PMDB, partido que ao longo da história representou o centro democrático do país. Não podemos esquecer o PMDB de Ulysses Guimarães, o PMDB responsável pelas lutas que levaram à Constituição cidadã de 88 — afirmou.



Roque de Sá/Agência Senado

“Todos aqui somos responsáveis ante a nação”

Para Dilma Rousseff, a disputa política acirrada após a reeleição dela em 2014 impediu a aprovação de projetos essenciais para o país enfrentar a crise econômica

A PRESIDENTE AFASTADA Dilma Rousseff encerrou o depoimento no processo de impeachment pedindo aos senadores que a julguem com “maturidade” e “consciência”. Durante as considerações finais, feitas na parte destinada aos questionamentos dos advogados da defesa e da acusação, ela disse que, diante de uma crise, governo e oposição devem se unir pelo bem do Brasil.

— Acho que todos aqui somos responsáveis perante a nação. Temos que aprender a não voltar a fazer mal a nós mesmos — disse aos senadores, respondendo a uma pergunta dos denunciantes, os advogados Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal.

Para ela, a guerra entre governo e oposição deflagrada a partir da reeleição em 2014 impediu a aprovação de projetos essenciais ao ajuste fiscal.

— Acho que é uma experiência para o futuro deste país. Diante da crise, é de bom tom que a oposição e a situação se unam pelo bem do Brasil. Depois que o momento mais difícil passar, podem voltar a brigar — disse.

Dilma explicou que até o fim da corrida presidencial de 2014 não tinha como saber que as contas públicas se deteriorariam. De acordo com ela, isso aconteceu porque, no final do ano, o preço das commodities brasileiras despencou repentinamente no mercado internacional, derrubando a arrecadação.

— Enquanto isso acontecia, brigávamos por causa da eleição que tinha passado e tentavam impedir que se aprovassem [no Congresso Nacional] as necessárias medidas de recomposição. Elas não foram aprovadas ou foram parcialmente aprovadas — disse.



Os advogados de acusação Janaina Paschoal e Miguel Reale Junior acompanham o depoimento



Advogado da defesa, José Eduardo Cardozo diz que respostas de Dilma foram contundentes

Segundo ela, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e a oposição ao governo aprovavam gastos quando deveriam aprovar ajustes, apostando no “quanto pior melhor”.

— Acabaram embutindo uma crise de dimensões gigantescas — afirmou.

Dilma respondeu às perguntas da acusação, mas não chegou a ser questionada pela defesa. Seu advogado, José Eduardo Cardozo, abriu mão de

submeter a presidente afastada a novos questionamentos. Na avaliação dele, Dilma deu respostas contundentes aos senadores e à acusação e “deixou absolutamente claro” tudo o que a defesa queria demonstrar.

— A disputa política é vantajosa, mas é muito grave afastar uma presidenta da República sem crime de responsabilidade. Esse ferimento será difícil de ser curado — afirmou Dilma.

Cristovam indaga: por que Dilma escolheu Michel Temer para vice?

Questionada por Cristovam Buarque (PPS-DF) sobre quais qualidades teria visto em Temer para se associar a ele, Dilma respondeu que lamentava não ter se dado conta de que o vice poderia se tornar “golpista e conspirador”.

— Michel Temer foi escolhido para ser meu vice porque supúnhamos que ele era integrante do PMDB democrático, progressista e transformador. Eu lamento muito por ter construído essa hipótese de que o vice representava o centro democrático que até então havia dado governabilidade ao país — disse ela.

Dilma, no entanto, afirmou que Temer foi um “coadjuvante” da “conspiração”. Na visão dela, o “líder” foi o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).



Roque de Sá/Agência Senado

Para Capiberibe, país precisa de governo suprapartidário

João Capiberibe (PSB-AP) se disse convencido de que a presidente afastada não cometeu crime de responsabilidade e de que o processo contra ela é meramente político. Ele lembrou que nunca foi próximo ao governo Dilma e questionou quanto à possibilidade, caso mantida no cargo, de se constituir um governo suprapartidário.

Dilma Rousseff afirmou que o Brasil precisa de um governo em que vários partidos sejam incluídos na gestão, com a participação de lideranças significativas, unidas em prol do país.

— Acredito que, nesse momento de grave ruptura democrática, o Brasil, para sair da crise, precisa desse caráter suprapartidário, mas precisa também de recorrer ao plebiscito — afirmou.



Roque de Sá/Agência Senado

Moka diz que processo foi conduzido com responsabilidade

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmou que todo o processo de impeachment foi conduzido com responsabilidade e respeito à democracia.

Ele disse que, independentemente do voto, todos os parlamentares devem ser respeitados.

Moka observou que a presidente afastada teve a oportunidade democrática de se expressar em Plenário.

— No final vai prevalecer exatamente o resultado que o Senado Federal vai escolher, através de uma votação que será transparente e democrática — ressaltou.

Moka destacou ainda que, como membro da Comissão do Impeachment, será a quinta vez que vai votar ao longo de todo o processo.



Márcia Maniz/Agência Senado

Alto quorum para impeachment evita injustiça, avalia Dalirio

Dalirio Beber (PSDB-SC) disse ter certeza que, do ponto de vista jurídico, já está provado que a presidente cometeu crime de responsabilidade.

Ele acrescentou que a exigência de maioria qualificada para aprovação do impeachment (pelos menos 54 votos entre 81 senadores) evita que uma injustiça seja feita.

Para Dalirio, a campanha eleitoral de Dilma em 2014 apresentou aos eleitores uma “condição irreal” do país ao esconder a situação econômica brasileira.

Em resposta, Dilma recusou-se a comentar fatos referentes a 2014, pois, conforme explicou, ela está sendo julgada por situações referentes apenas ao ano de 2015.



Roque de Sá/Agência Senado

Petecão afirma que processo garantiu amplo direito de defesa

Segundo Sérgio Petecão (PSD-AC), o processo de impeachment revela a solidez da democracia brasileira e dos “caminhos da boa justiça”. Ele ressaltou que todas as chances de defesa foram asseguradas à presidente afastada e perguntou se Dilma concorda com a posição de senadores que duvidaram da moral da Casa para julgar o impeachment.

— Dê nomes. Diga quem são os imorais — pediu Petecão.

Dilma declarou que não afirmou tal “barbaridade” sobre os senadores e que não pode responder pelas opiniões dos outros, acrescentando que uma condenação sem crime de responsabilidade caracterizará um golpe de Estado parlamentar



Márcia Maniz/Agência Senado

Temer também recebeu 54 milhões de votos, recorda Zeze Perrella

O senador Zeze Perrella (PTB-MG) afirmou que o impeachment é “um procedimento inteiramente previsto em nossa Constituição”. Mesmo assim, disse o senador, a presidente Dilma Rousseff insiste em classificar o processo como um golpe.

Perrella questionou se a proposta de um plebiscito por novas eleições, defendida por Dilma, não seria também um golpe, já que poderia tirar o vice-presidente Michel Temer do poder. Temer teria, na visão do senador, legitimidade para ser o presidente efetivo, por ter recebido os mesmos 54 milhões de votos de Dilma.

Em resposta, Dilma disse que não existe crime de responsabilidade e, assim, sua condenação seria um golpe.



Márcia Maniz/Agência Senado

Muniz indaga sobre “maquiagem” na contas públicas, Dilma nega

Perguntada pelo senador Roberto Muniz (PP-Ba) sobre qual seria sua posição se fosse uma senadora julgando a presidente da República, a presidente afastada Dilma Rousseff respondeu que continuaria a ser contra o impeachment.

— Sentada aqui ou sentada aí, acredito que a minha interpretação seria a mesma. Não há base para crime de responsabilidade nos atos praticados pelo meu governo — reiterou.

Dilma Rousseff negou ainda qualquer tentativa de “maquiar” a contabilidade por motivos eleitoreiros. Ela também negou participação direta na execução do Plano Safra, explicando que a legislação atribui essa responsabilidade ao Ministério da Fazenda.



Márcia Maniz/Agência Senado

Paulo Rocha defende permanência de Dilma como presidente

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu a permanência de Dilma no cargo. Ele disse que o governo do PT favoreceu a inclusão social e levou melhorias ao Pará, onde diversas localidades receberam luz elétrica, a exemplo da Ilha do Marajó.

Paulo Rocha disse ainda que, graças ao governo democrático do Partido dos Trabalhadores, foram criadas mais três universidades no Pará, o que favoreceu o acesso à educação do filho do pobre e do filho do negro.

O senador conclamou os colegas a votar contra o impeachment, como forma de evitar o rompimento com o “estado democrático, que tanto custou ao país”. A presidente afastada agradeceu a manifestação do senador paraense.



Roque de Sá/Agência Senado